

OS DESAFIOS DA CONTABILIDADE QUANTO À RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RONE CLEBER PEREIRA DA SILVA

Orientadora: Prof.^a Msc Luciana da Silva
Moraes.

RESUMO

Este trabalho acadêmico visa apresentar as principais diferenças entre o velho e o novo paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental, desenvolvido por empresas e sociedades ao longo da sua história. Cabe ressaltar, que os recursos naturais utilizados para o processo produtivo ele é finito e como tal, exige-se um tratamento diferente para que não se comprometa a subsistência das próximas gerações. Devido à crescente responsabilidade social e ambiental que devem assumir as entidades econômicas, surge à necessidade de elaborar e apresentar informação sobre as atividades relacionadas com essa responsabilidade, avançando nessa pesquisa pelo método dedutivo de pesquisa em que se tende a vislumbrar uma verdade particular extraída de um contexto geral sobre o assunto, se alinhado a chegar-se à propositiva de apresentar ações desenvolvidas por contadores no que tange relação ao tema proposto e o que se percebe é uma enorme lacuna no trato do tema com a realidade disposta no íterim contábil, sendo que a contabilidade como ferramenta de geração de informação, tem a grande responsabilidade social da informação contábil em face da sociedade humana. Hoje, as empresas refletem índices que afetam de forma direta a sociedade e seus componentes, porque a sociedade vem sofrendo transformações profundas nas mais diversas áreas, as quais exigem informações confiáveis e principalmente transparência por parte das empresas para que elas possam atuar de forma mais efetiva e eficiente.

Palavras-chaves: Contabilidade. Economia ambiental. Sustentabilidade. Relatórios.

1.0 – INTRODUÇÃO

A humanidade vive um momento singular da sua história, novas tendências e novos conceitos estão sendo pensados, discutidos e incrementados no que tange as relações de exploração e alocação de recursos econômicos, sociais e ambientais, numa visão racionalista e valorativa na utilização desses recursos.

O contador tem a oportunidade de participar nesse novo cenário, com disposição e competências próprias da atividade, para cooperar com a preservação do planeta, prosperidade das sociedades e valorização do homem. Devendo ser um agente influenciador de atributos sociais na sua organização e nas empresas a quem presta serviços. O profissional contábil é detentor de informações ricas e privilegiadas, e é capaz de influenciar positivamente as organizações contribuindo para a tomada de decisões.

Isso implica que durante o desenvolvimento histórico social ladeado pelo desenvolvimento econômico, a contabilidade sempre prestou a sua contribuição, criando conceitos e mensurando resultados, porém, tendo como foco principal aspectos e elementos econômicos relacionados ao preço. Contudo, hoje diante dessa nova realidade, a contabilidade trás no seu bojo importantes desafios, principalmente no que diz respeito à mensuração do capital intelectual e a alocação responsável dos recursos naturais.

Diante desse cenário surge então a problemática desta pesquisa, que busca visualizar que, ações podem ser empreendidas por contadores com a finalidade de mensuração de resultados dentro das empresas envolvendo a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.

No objetivo geral se buscou identificar ações que podem ser desenvolvidos por contadores, envolvendo a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável dentro das empresas, mensurando seus resultados.

No bojo dos objetivos específicos se delineou pelo levantamento de bibliografias acerca do tema, considerando as principais diferenças entre o velho e o novo paradigma de desenvolvimento econômico e social, dispondo sobre a contabilidade aliada a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, analisando as principais diretrizes para a elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade e apresentar as ações de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentáveis realizados por uma empresa do ramo financeiro.

Este trabalho acadêmico dispôs da utilização do método dedutivo elucidado por Descartes entre outros estudiosos que conceituam nesse método a prevalência de um contexto geral indicando para as particularidades do tema. Foi considerado como uma pesquisa aplicada quando levado em conta sua natureza, pois objetivou a busca de novos conceitos para aplicação prática direcionada a uma nova realidade de fatos e eventos que se surgiram.

O presente trabalho teve como objetivos: a clareza do problema indagado, podendo ser classificada como pesquisa exploratória, os procedimentos metodológicos adotados na elaboração desta pesquisa foram de cunho bibliográfico, pautado nas mais diversas obras de autores que versam sobre os temas abordados e que em suma, norteiam esta pesquisa sobre a contabilidade associada à responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, sendo classificada ainda como documental, pela utilização de materiais que não receberam tratamento analítico. Por conceituação de sua análise essa pesquisa foi classificada como pesquisa qualitativa, pois visa apresentar a interpretação dos fenômenos estudados atribuindo significados qualitativos não perceptíveis por números.

REFERENCIAL TEORICO

2.1 – A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA

Os conceitos de desenvolvimentismo até então não tinham tido espaço nos ambientes de discussões pertinentes aos efeitos causados pelo desenvolvimento dessa corrente e sua aplicação prática principalmente em relação à alocação de recursos ambientais e sociais.

O modelo que melhor reflete o conceito de desenvolvimentismo se encarrega de tendências de crescimento, industrialização e de alocação dos recursos naturais, preocupadas apenas com a expansão mercantilista, o aumento avultoso do capital material e financeiro sem necessariamente se preocupar com a poluição, a diminuição de recursos naturais. Pesquisadores alertam que se esses padrões se perpetuassem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados no máximo dentro dos próximos cem anos, o que culminaria em desastrosos resultados, sendo mais provável um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

Há uma necessidade cada vez mais constante no aumento da alocação de recursos materiais naturais para o processo produtivo, que se dá pelo constante

crescimento populacional, conseqüentemente maior nível de consumo. Porém, esse crescimento não pode ser encarado de forma inadequada, as condições necessárias ao equilíbrio dos ecossistemas e da perpetuação da existência desses mesmos recursos naturais que por sua vez, estão cada vez mais escassos.

Diante disso, surge o conceito de desenvolvimento que trás no seu bojo a possibilidade de modificar as vertentes de crescimento e a busca por condições de equilíbrio entre os diversos fatores que envolvem o crescimento e o desenvolvimento humano, esse equilíbrio pode ser pensado de forma que atenda as necessidades básicas de cada pessoa, potencializando o máximo de aproveitamento dos recursos naturais, como insumos no processo produtivo.

2.2. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra de 1750-1850, a mesma utilizava se o carvão vegetal e mineral para fabricação do vapor, que era o principal tipo de energia da época. Tinha como equipamento o ferro e os principais produtos eram os tecidos de algodão, se destacaram as invenções da máquina a vapor, tear mecânico, descaroçador automático de algodão, locomotiva e navio a vapor, entre outros.

A segunda revolução industrial se deu de 1850-1945 com a defesa do capitalismo monopolista (capital industrial + capital bancário). E aconteceu em Países como a França, Alemanha, Bélgica, Itália, Estados Unidos e Japão.

A energia produzida já era advinda do petróleo e da eletricidade. Destacou se as invenções do automóvel, telégrafo, telefone, lâmpada elétrica, cinema, rádio, avião, etc. A Revolução Industrial resultou das transformações ocorridas na agricultura, indústria, transportes, bancos e comunicações, que propiciaram o desenvolvimento da economia capitalista. De modo social, o processo de transformações dividiu a sociedade inglesa em duas classes: a burguesia, que se tornava a proprietária dos meios de produção - máquinas, ferramentas e fábricas - e o proletariado, a classe assalariada.

A Revolução Industrial significou o processo de mecanização do setor industrial, que ocorreu primeiro na Inglaterra e depois em outros países como a França, os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão, etc. A utilização da máquina e a divisão técnica de trabalho provocaram aumento da produção e da produtividade. A

produção industrial ampliou a urbanização e resultou no despovoamento dos campos diante da Revolução Agrícola.

A partir de 1780, o conjunto de todas as condições produtivas (ferro, carvão, máquinas, desenvolvimento técnico e científico e abundância de mão-de-obra humana) permitiu o desenvolvimento do capitalismo industrial de modelo liberal.

2.2.1. Os impactos da Revolução Industrial

Uma grande consequência da Revolução Industrial que estamos vivendo hoje, e merece destaque, é sem dúvida a questão ambiental. Após a revolução Industrial todos os problemas ambientais se agravaram, colocando o homem nos extremos dos limites. A poluição do meio ambiente já esta chegando a níveis de consequências arrasadoras. O aquecimento global, causado pelo agravamento do efeito estufa, é a principal prova de que a Revolução Industrial, por um lado trouxe benefícios econômicos, políticos e sociais para o país, mas por outro, levou o meio ambiente à catástrofe.

Se analisados detalhadamente o desenvolvimento que a Revolução Industrial trouxe, se contradiz com as faltas que esta causou ao meio ambiente. São vários os problemas provocados, tais como: poluição dos rios, poluição do ar, agravamento do efeito estufa, despejo de dejetos, a natureza foi afetada em todos os sentidos. Primeiro a extração dos recursos naturais utilizados na fabricação dos produtos foi feita de forma desregrada e irresponsável, segundo o próprio processo de produção poluiu o meio ambiente emitindo gases e materiais na atmosfera e na natureza, terceiro os produtos a seres utilizados são rapidamente descartados, sendo que seu processo de decomposição leva milhares de anos.

2.3. O NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A humanidade sempre margeou a sua história aliando fatores sociais, econômicos e ambientais em detrimento aos recursos disponíveis no planeta, com isso implicaram durante longo tempo em um conceito de consumismo sem considerar a escassez desses recursos além de uma história de degradação e desrespeito aos próprios pares e semelhantes.

Ribeiro e Vellani (2006) exemplifica que:

As exigências dos clientes são por produtos mais limpos, fabricados sem degradar o meio ambiente e cuja concepção, fabricação, distribuição, uso e descarte sejam inofensivos ao meio ambiente. A preferência dos bons empregados em trabalhar para empresas responsáveis ecologicamente

estimula a produtividade; menores custos de seguros e de capital para empresas ecologicamente corretas; ocorrência de benefícios sociais, facilidade na venda de seus produtos e serviços, inovações e novas oportunidades como consequência de bom desempenho ambiental; redução de custos; e aumento de receitas são todos incentivos para o aumento na eficiência operacional e ambiental das empresas.

Ao longo desses bravos anos o processo produtivo sempre tratou os recursos naturais disponíveis como meros insumos e que somente o lado monetário financeiro é que de fato interessava. No novo paradigma de desenvolvimento há uma visão especialmente voltada para a ideia de que os recursos naturais são esgotáveis, e, que resultará em seu fim, se mal aproveitados.

Kraemer (2010) ressalta que:

A exploração da biosfera pelo homem ameaça hoje a sua própria existência e delicado equilíbrio. Ao longo das últimas décadas, as pressões sobre o ambiente global tornaram-se auto-evidentes, fazendo erguer uma voz comum pelo desenvolvimento sustentável. Essa estratégia requer um novo enquadramento mental e novo conjuntos de valores.

Ainda de acordo com Fedato e Goulart (2010), no Brasil nas duas últimas décadas, houve alterações significativas no tratamento das questões ambientais do ponto de vista legal, institucional e político. O que já não ocorre na perspectiva econômica, financeira, científica e tecnológica, cujas premissas estruturais impedem a concretização de soluções em curto prazo, já que um processo de preservação e recuperação de áreas já devastadas passa, necessariamente, pela revisão de conceitos socioeconômicos a fim de garantir o desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

1.4. ECONOMIA AMBIENTAL E ECONOMIA ECOLÓGICA

De acordo com a economia ambiental, o meio ambiente exerce basicamente três funções:

- 1º - Serviços diretos: o ar que respiramos.
- 2º - Insumos para a produção – combustíveis, matéria-prima, água;
- 3º - Recepção de resíduos – tanto do consumo como da produção.

Essas funções são interdependentes e conflituosas. Os recursos além de escassos se prestam a múltiplos usos. O problema econômico é como alocar mais eficientemente estes recursos.

A economia ambiental (pós) neoclássica sendo de caráter instrumental e aplicado, possui um potencial de utilização que busca definir estimativas de valores

para se arbitrarem penas ou mensurar danos ambientais, revelando a incapacidade do mercado como único e exclusivo mecanismo de regulação social e econômica.

Contudo, a volta ao mercado se dá pelos mesmos mecanismos utilizados para a determinação do preço do dano, atribuindo aos usuários os consumidores soberanos a determinação do valor mínimo dos sócios-ecossistemas impactados por uma falha ou dano ambiental.

1.4.1. Conceito de externalidades positiva e negativa

Tratando-se de problemas ambientais, estudos sobre o assunto são denominados pelo conceito de externalidades, podendo ser estas positivas ou negativas, configurando que a degradação do meio ambiente incorre de uma brecha do mercado em que a alocação dos recursos não se aproxima de uma situação ótima. Considera-se que as externalidades são excepcionais frente às capacidades de regulações do mercado, e a degradação do meio ambiente é uma manifestação da ineficiência na alocação dos recursos. O que prevalece, portanto, na noção de externalidades é uma visão da sociedade construída do ponto de vista do mercado.

A valoração dos custos ambientais provocados pelas externalidades enfrentam dificuldades nas questões técnicas de apresentar valores aos processos ecológicos indefinidos e heterogêneos; e ainda contrapõem as dificuldades de tornar claras as fontes de legitimidade para defender os valores econômicos de tais processos e fazê-los valer nos fatores decisórios ou no mercado.

O que se percebe diante dessas dificuldades incertas no conceito de externalidades é a ausência de indicadores econômicos que identifiquem a participação destrutiva da economia no meio ambiente desbocando na destruição dos sistemas da terra, tendo como consequência o rápido avanço tecnológico e o crescimento populacional.

2.2 - A CONTABILIDADE ALIADA À RESPONSABILIDADE SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Diante das novas perspectivas e dos novos diferenciais tão defendidos nestes últimos tempos, as organizações empresariais, e conseqüentemente a contabilidade, têm a importante tarefa de se adequarem ao surgimento dessas novas variáveis, a adequação as novas tecnologias, a valorização do ativo humano, assim como a alocação responsável dos recursos naturais disponíveis.

A contabilidade como geratriz de informações que influencia diretamente as tomadas de decisões tem a valorada missão de atender a este novo desafio, apoiando os interesses de empresas e organizações que buscam atuar sobre o meio ambiente, mensurando ações no que tange as relações envolvendo a responsabilidade social e o desenvolvimento ambiental.

Segundo Kraemer (2011) aconteceram grandes progressos verdadeiramente surpreendentes na área de gerenciamento e relatório ambiental nos últimos 10 anos e, mais recentemente, o mesmo ocorreu quanto à conscientização sobre a responsabilidade social e a crescente compreensão dos desafios da sustentabilidade.

2.2.3. Contabilidade Ambiental

Sendo uma das ramificações da Contabilidade Social, a Contabilidade Ambiental tem sido de grande importância na atualidade, se transformando numa importante ferramenta para o surgimento e enxerto de políticas ambientais dentro das empresas, tal como também, a efetiva demonstração de seus resultados.

2.2.3.1. Objetivos da Contabilidade Ambiental

A Contabilidade Ambiental tem como sem dúvida o objetivo principal de conservação do meio ambiente, e para tal, utiliza-se de alguns controles em torno dos seguintes aspectos: consumo mínimo de recursos em virtude do aproveitamento e uso maximizado de materiais reciclados ou renováveis; produção responsável como a geração mínima de resíduos, com uma gestão econômica em mínimo consumo de água e energia; a mínima emissão de poluentes atmosféricos e que resultem em processos produtivos e investimentos em ativo imobilizado; mínima produção de bens e produtos que podem ser reutilizados tais como vasilhames e embalagens, investimento em políticas de reciclagem e reutilização.

Nesse ínterim, a Contabilidade Ambiental visa facilitar e melhorar o processo de tomadas de decisões relativas ao desenvolvimento ambiental da empresa, selecionando indicadores e analisando dados, que envolvam os critérios de atuação de procedimentos ambiental desempenhados, buscando a revisão e melhoria periódica desses procedimentos.

O desafio maior da Contabilidade Ambiental culmina expressamente no respeito ao meio ambiente, na idealização de conceitos possíveis de mensurar os impactos ambientais, que obrigatoriamente deve ser reconhecido na Contabilidade.

2.3 – TIPOS DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

2.3.1 - Classificação da contabilidade ambiental

Kraemer (2002) classifica os tipos de Contabilidade Ambiental em: contabilidade nacional com enfoque na economia nacional com uma análise macroeconômica voltada ao usuário externo, em contabilidade financeira com enfoque na empresa e informações dirigidas ao usuário externo, e por fim, contabilidade gerencial para a empresa com enfoque nos departamentos, nas linhas de produção na mensuração dos custos para auxiliar os tomadores de decisão dirigida especialmente ao usuário interno.

- **Contabilidade Nacional** – é uma medida macroeconômica. O termo Contabilidade Ambiental está referido na Economia Nacional. Por exemplo: o termo Contabilidade Ambiental pode ser usada em unidades físicas ou monetárias de acordo com o consumo de Recursos Naturais da Nação, sejam renováveis ou não renováveis. Neste contexto, a Contabilidade Ambiental tem sido denominada "Contabilidade de Recursos Naturais".
- **Contabilidade Financeira** – relacionada com a preparação dos estados financeiros que estão baseados de acordo com o *Financial Accounting Standards Board (FASB)* e os *Generally Accepted Accounting Principles (GAAP)*. A Contabilidade Ambiental, neste contexto, está referida à estimação e informação das responsabilidades ambientais e os custos do ponto de vista financeiro.
- **Contabilidade Gerencial** – é o processo de identificação, compilação e análise de informação, principalmente para propósitos internos. Está dirigida à administração dos custos, em especial para tomada de decisões administrativas no âmbito da produção.

2.4. CONTABILIDADE DOS RECURSOS HUMANOS

O conceito da Contabilidade de Recursos Humanos segundo Rao *apud* Kraemer (1993) pode basicamente ser examinado em duas dimensões: o investimento em recursos humanos e o valor de recursos humanos.

Neste sentido, Kraemer (2011) defende que a despesa incorrida, criando, aumentando e atualizando a qualidade do recurso humano é um investimento em recursos humanos. Tal investimento traz resultados lucrativos como uma produtividade mais elevada e uma renda também mais elevada à organização. O rendimento que o investimento em recurso humano gera será considerado como a base de valor do recurso humano.

O maior desafio da contabilidade de recursos humanos hoje é a mensuração do capital intelectual humano dentro das organizações em conceitos financeiros, possíveis de serem perceptíveis à contabilidade e que possam constar também nas demonstrações contábeis tais dados e números.

3.0 – ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.1. O *DISCLOSURE* AMBIENTAL CONTÁBIL

3.1.1 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados (IBRACON NPC nº 27). Elas podem evidenciar o disclosure ambiental contábil apresentando informações relativas a atividade empresarial e sua relação com fatos ambientais e sociais além dos econômicos e financeiros.

3.1.2 - Composição das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - Tem como objetivo principal informar ao usuário o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição. Implantada oficialmente pela Lei nº 11.638/07 no Brasil.

Plano de contas - Plano de Contas (ou Elenco de Contas) é o conjunto de contas, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à entidade, além de servir de parâmetro para a elaboração das demonstrações contábeis. O plano de contas pode auxiliar as empresas a classificar corretamente suas receitas, despesas, custos, ativos, passivos e

principalmente as suas contingências. Seu principal objetivo é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização e, na sua montagem, devem ser levados em conta três objetivos fundamentais:

- a) atender às necessidades de informação da administração da empresa;
- b) observar formato compatível com os princípios de contabilidade e com a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis (Lei 6.404/76, a chamada "Lei das S/A");
- c) adaptar-se tanto quanto possível às exigências dos agentes externos, principalmente às da legislação do Imposto de Renda.

Balanço Social – Surgindo como um conceito inovador, o balanço social é definido pela NBC T 15 como uma demonstração contábil que traz no seu bojo as informações de natureza social e ambiental, o balanço social, ou relatório de sustentabilidade. É um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende à sua visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da RSE, e em direção à sustentabilidade.

A NBC T 15 ainda estabelece os critérios e procedimentos para a elaboração de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar a sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. O Guia para Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, com o objetivo de apontar os elementos fundamentais na elaboração do balanço social, traz diretrizes gerais que ajudam as empresas a organizar e a comunicar as informações sobre os desafios da estratégia socioambiental e a coerência ética das operações. Levando em consideração a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

Conforme a NBC T 15 as principais informações a serem divulgadas são:

- Geração e Distribuição de Riquezas
- Recursos Humanos
- Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

O balanço social deve ser expresso monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores beneficiados.

3.2. PRINCIPAIS MODELOS DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Há três modelos-padrão de balanço social, ou relatório de sustentabilidade disponível no Brasil, dois nacionais – um deles proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o outro pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e um internacional, sugerido pela Global Reporting Initiative (GRI). Todos visam definir as informações mínimas a serem publicadas para dar transparência às atividades da empresa. Algumas organizações produzem relatórios com formato próprio, geralmente definido por sua área de comunicação, os quais não contêm as informações exigidas por nenhum dos modelos-padrão.

3.2.1. Modelo IBASE

O relatório de responsabilidade social IBASE é um demonstrativo que traz no seu bojo um conjunto de informações, publicado anualmente pela entidade, envolvendo temas ligados à responsabilidade social empresarial.

Lançado em 1997, pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (Ibase), entidade sem fins lucrativa criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, responsável por institucionalizar e incrementar seu uso no Brasil. O Balanço Social Modelo IBASE inspira-se no formato dos balanços financeiros se propõe a tornar públicas algumas informações relativas ao exercício da responsabilidade social da organização, conferindo transparência a suas atividades e funcionando ainda como ferramenta estratégica para avaliação e disseminação da responsabilidade social empresarial.

Expõem de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha, reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários e a participação nos lucros. Além disso, detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas, como educação, cultura, saúde, etc.

O Balanço Social modelo Ibase contém os seguintes itens: Base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, e outras informações.

3.2.2. Elaboração de Balanço Social do Instituto Ethos

Baseado num relato detalhado dos princípios e das ações da organização, este guia incorpora os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e a planilha proposta pelo IBASE, sugerindo um detalhamento maior do contexto das tomadas de decisão em relação aos problemas encontrados e aos resultados obtidos.

É uma Ferramenta utilizada pelas empresas para diagnosticar e avaliar de sua gestão no que se refere à incorporação da responsabilidade social empresarial (RSE). Tende a auxiliar as empresas na criação de estratégias, na adoção de práticas e no desenvolvimento do desempenho da Responsabilidade Social e Empresarial, fornecendo um questionário para uso interno visando à auto-avaliação e o aprendizado. Permitindo a empresa caso queira comparar seus resultados com as melhores práticas desenvolvidas por outras empresas, eles são processados pelo Instituto Ethos, gerando uma pontuação graficamente representada, que é comparada com as dez empresas mais bem pontuadas chamadas de grupo *benchmarking*.

A auto avaliação do desempenho social e ambiental feita através do questionário permite à empresa avaliar a qualidade de seus relacionamentos, do ponto de vista ético, de transparência e de solidariedade com seus públicos nos seguintes temas: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; e Governo e Sociedade. Embora esse modelo de relatório possa ser utilizado por empresas de todos os tipos e portes, o Instituto Ethos vem criando Indicadores Setoriais complementares, atualmente disponíveis para os setores de energia elétrica; panificação; bares e restaurantes; mineração; bancos; papel e celulose; transporte de passageiros rodoviários; construção civil; e petróleo e gás.

3.2.3. Princípios da Global Reporting Initiative (GRI)

A Global Reporting Initiative (GRI) trata de diretrizes para relatórios de sustentabilidade constituídos de um padrão internacional de balanço econômico, social e ambiental. Os Indicadores GRI foram editados pela primeira vez em junho de 2000. A primeira edição brasileira é uma publicação conjunta do Instituto Ethos e do Uniethos, lançada em 2004 e referente à versão 2002. A principal missão da GRI é desenvolver e disseminar as “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade” para

uma aplicação em nível global, sendo que a estrutura e conteúdo das suas importantes diretrizes sofrem constante processo de revisão e atualização, com a participação direta e intensa dos mais diversos setores da sociedade mundial, propondo-se a fornecer uma estrutura e princípios alinhados para a produção de relatórios de sustentabilidade, visando auxiliar as organizações a apresentar uma visão abrangente de seu desempenho; possibilitando o estabelecimento de padrões benchmarking e facilitar o engajamento das partes interessadas.

4.0 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS.

4.1 – BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social do Bradesco (Banco do planeta 2011) utilizando o modelo de balanço do IBASE demonstra alguns dos resultados alcançados pela entidade envolvendo ações de responsabilidade social e metas de desenvolvimento sustentável baseando-se para base de cálculo três elementos financeiros: a receita líquida, o resultado operacional e a folha de pagamento bruta.

Com essas bases de cálculo ele apresenta índices de indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

O Bradesco de forma transparente e qualitativamente defende por ser reconhecida como a melhor e mais eficiente instituição financeira do país e pela atuação em prol da inclusão bancária e do desenvolvimento sustentável. Buscando fornecer soluções, produtos e serviços financeiros e de seguros com agilidade e competência, principalmente por meio da inclusão bancária e da promoção da mobilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros para a criação de valor aos acionistas e a toda a sociedade, alinhando o desenvolvimento sustentável e a disseminação de uma cultura empresarial de responsabilidade socioambiental, Alinhado às diretrizes globais, como Princípios do Equador, Pacto Global, PRI (*Principles for Responsible Investment*), *Carbon Disclosure Project* e Protocolo Verde, esses diversos compromissos voluntários, nacionais e internacionais, relacionados à sustentabilidade empresarial foram assumidos pela organização.

Os Princípios do Equador realizados desde 2004, defende a análise e o monitoramento as condições de trabalho e os impactos na comunidade e no meio

ambiente dos projetos que são financiados pela instituição, observando a legislação brasileira e os padrões e critérios da International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial. O Bradesco é membro do Comitê brasileiro do Pacto Global, grupo responsável pela disseminação dos princípios que regem a adoção de boas práticas no meio ambiente, em direitos humanos, nas relações de trabalho e em práticas anticorrupção. Em 2011, foi a única empresa brasileira a integrar o *Global Compact International Yearbook*, publicação anual do pacto, com um case sobre inclusão financeira. Defende ainda os oito compromissos globais estabelecidos pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2000. O Bradesco integra a *Financial Coalition against Child Pornography* (Coalizão Financeira para o Combate à Pornografia Infantil) desde 2008 e ainda é membro da plataforma brasileira Empresas pelo Clima (EPC), do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVCES), desde 2009. Apoia as estratégias, as políticas e os sistemas de gestão das emissões de gases de efeito estufa (GEES), além do marco regulatório para a economia de baixo carbono no país. O grupo Bradesco Seguros participa, desde 2009, do Protocolo Verde, uma iniciativa criada pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNSEG) e o Sindicato das Seguradoras RJ/ES com o objetivo de implantar uma agenda comum de sustentabilidade no setor da indústria de seguros. Participa ainda do Fórum Clima, iniciativa, coordenada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, conta com a participação do Bradesco. Constituiu-se em um grupo de trabalho formado por diversas empresas que assinaram a Carta Aberta ao Brasil sobre Mudanças Climáticas, em agosto de 2009.

O Bradesco é signatário do Protocolo Verde, desde 2009, deste protocolo de intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), que tem o objetivo de implantar uma agenda comum de sustentabilidade no setor bancário brasileiro. Alinhada aos compromissos globais de incentivo à inclusão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa nas políticas e decisões de investimentos, a Bradesco Asset Management (BRAM) é signatária dos *Principles for Responsible Investment* (PRI) desde 2010. O Bradesco tem trabalhado nas iniciativas do *Carbon Disclosure Project* (CDP) desde 2006, bem como no *CDP Supply Chain* desde 2008, que visam divulgar informações sobre a gestão das emissões de gases de efeito estufa aos investidores e outras partes interessadas.

TABELA 3 – Balanço Social da Instituição Bradesco no modelo do IBASE

1 - Base de Cálculo	2010 (R\$ mil)'			2011 (R\$ mil)		
Receita líquida (RL)	26.855.746			28.128.237		
Resultado operacional (RO)	14.771.241			14.629.498		
Folha de pagamento bruta FBP	9.302.386			11.558.635		
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	775.689	8,3	2,9	938.601	8,2	3,3
Encargos sociais compulsórios	1.643.014	17,7	6,1	1.914.508	16,6	6,8
Previdência privada	379.486	4,1	1,4	566.724	4,9	2,0
Saúde	486.505	5,2	1,8	549.028	4,7	2,0
Segurança e medicina no Trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	107.105	1,2	0,4	161.495	1,4	0,6
Creches ou auxílio-creche	51.587	0,6	0,2	58.769	0,5	0,2
Participação nos lucros ou resultados	808.094	8,7	3,0	936.916	8,1	3,3
Outros	162.670	1,7	0,6	164.788	1,4	0,6
Total - Indicadores sociais internos	4.414.150	47,5	16,4	5.290.379	45,8	18,8

3 - Indicadores Sociais Externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação*	12.225	0,1	-	9.698	0,1	-
Cultura	108.973	0,7	0,4	130.104	0,9	0,5
Saúde e saneamento	2.733	-	-	5.005	-	-
Esporte	24.283	0,2	0,1	58.616	0,4	0,2
Combate à fome e segurança alimentar	100	-	-	262	-	-
Outros	53.473	0,4	0,2	37.316	0,2	0,1
Total das contribuições para a sociedade	201.787	1,4	0,7	241.001	1,6	0,8
Tributos (excluídos encargos sociais)	7.345.599	49,7	27,4	8.117.454	55,5	28,9
Total - Indicadores sociais externos	7.547.386	51,1	28,1	8.358.455	57,1	29,7
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	-	-	-	-	-	-
Investimentos em programas e/ou projetos externos	23.975	0,2	0,1	33.648	0,2	0,1
Total dos investimentos em meio ambiente	23.975	0,2	0,1	33.648	0,2	0,1
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> Não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2010		2011			
Nº de empregados (as) ao final do período	95.248		104.684			

Nº de admissões durante o período	15.122			19.335		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	9.158			10.620		
Nº de estagiários (as)	841			1.079		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	11.638			13.009		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	46.909			51.266		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	45,8			47,3		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	18.424			22.813		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	18,0			19,2		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	1.696			1.933		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	17,5			N/A		
Número total de acidentes de trabalho	963			Conscientização do quadro de funcionários para evitar acidentes de trabalho		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Direção	<input checked="" type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> Todos (as) + Cipa	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as)	<input checked="" type="checkbox"/> Todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT	<input checked="" type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> Incentiva e segue a OIT

A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos(as) empregados (as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input type="checkbox"/> São sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input type="checkbox"/> São sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Apoia	<input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input type="checkbox"/> Apoia	<input checked="" type="checkbox"/> Organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa:	No PROCON:	Na Justiça: 196.870	Preparar e conscientizar nossos colaboradores e com isso reduzir o número de reclamações		
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na empresa:	No PROCON:	Na Justiça: 58,4%	Na empresa: 100%	No PROCON: 100%	Na Justiça: 100%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	2010: 27.660.406			2011: 30.549.530		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	32,1% governo 36,7% acionistas 29,1% colaboradores (as) 2,1% retido.			28,2% governo 36,6% acionistas 33,0% colaboradores (as) 2,2% retido.		

7 - Outras Informações

As informações incluídas neste Balanço Social foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

(*) Os valores não incluem os recursos aplicados pela Fundação Bradesco (um dos controladores do Bradesco).

(1) Considera-se Receita Líquida (RL) o Resultado Bruto da Intermediação Financeira.

N/A - Não Aplicável.

Fonte: www.bancodoplaneta.com.br

O Balanço Social da Organização do Bradesco (Banco do planeta 2011) expressa sua vocação e comprometimento com o desenvolvimento sustentável e a disseminação de uma cultura empresarial de responsabilidade socioambiental.

Tem como foco principal um crescimento orgânico consistente, buscando um balanço sólido, com uma estrutura bastante definida de capital, e fortes controles de rotinas internas e externas com diretrizes para uma gestão responsável voltada para a sustentabilidade. De forma permanente, se prima pela sustentabilidade na gestão, nos negócios e nas práticas do dia a dia. Com isso, o crescimento é de forma continuada e sustentável, com respeito aos públicos com os quais se relaciona, com as comunidades em que está presente, com a dignidade humana e com o meio ambiente. Em números percentuais percebe-se pouca diferença das participações apresentadas em 2010 para 2011 o que vale ressaltar é que a participação devida a colaboradores recebeu um aumento importante passando de 29,1% em 2010 para 33,0% em 2011. O grande gargalo que também pode ser destacado é o aumento dos investimentos realizados pela instituição quanto a atividades relacionadas ao meio ambiente com investimentos Socioambientais visando iniciativas para a preservação ambiental e a inclusão social; são abordados também os investimentos em instituições, projetos e eventos de cunho educacional, ambiental, esportivo e cultural.

Em percepção aos efeitos das variáveis econômicas em que esta inserida, o Bradesco se apresentou sensível à ocorrência do movimento de mobilidade social ancorado sobre o ciclo virtuoso de crescimento econômico do País, que apenas nos últimos 10 anos possibilitaram a entrada de 38,6 milhões de pessoas na nova classe média brasileira, a Organização tem orientado suas ações não apenas para a oferta de produtos e serviços, mas também para acessibilidade e apoio e para a educação financeira dos novos consumidores.

TABELA 04 - Balanço Social do Banco do Brasil no Modelo IBASE.

					2010 (R\$ mil)	2011 (R\$ mil)				
1 - Base de Cálculo										
Receita Líquida (RL) ¹					25.561.532	27.513.063				
Resultado Operacional (RO)					18.410.195	18.506.767				
Folha de Pagamento Bruta (FPB) ²					13.019.591	14.912.575				
Valor Adicionado Total (VAT)					11.703.165	12.219.121				
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	
Alimentação	957.871	7,4	3,7	8,2	1.086.261	7,3	3,9	8,9		
Encargos sociais compulsórios	2.698.964	20,7	10,6	23,1	2.455.755	16,5	8,9	20,1		
Previdência privada ³	1.004.182	7,7	3,9	8,6	1.164.046	7,8	4,2	9,5		
Saúde ^{3,4}	722.785	5,6	2,8	6,2	894.943	6,0	3,3	7,3		
Segurança e saúde no trabalho ⁵	33.609	0,3	0,1	0,3	41.858	0,3	0,2	0,3		
Educação ⁶	44.755	0,3	0,2	0,4	27.583	0,2	0,1	0,2		
Cultura	1.362	0,0	0,0	0,0	2.798	0,0	0,0	0,0		
Capacitação e desenvolvimento profissional	73.353	0,6	0,3	0,6	106.276	0,7	0,4	0,9		
Creches ou auxílio-creche	62.706	0,5	0,2	0,5	74.166	0,5	0,3	0,6		
Transporte	23.042	0,2	0,1	0,2	31.318	0,2	0,1	0,3		
Participação nos lucros ou resultados	1.756.190	13,5	6,9	15,0	1.790.543	12,0	6,5	14,7		
Outros	117.575	0,9	0,5	1,0	148.952	1,0	0,5	1,2		
Total – Indicadores Sociais Internos	7.496.393	57,6	29,3	64,1	7.824.498	52,5	28,4	64,0		
3 - Indicadores Sociais Externos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	

							RL	VAT
Educação	27.881	0,2	0,1	0,2	27.716	0,2	0,1	0,2
Cultura	43.074	0,3	0,2	0,4	53.269	0,4	0,2	0,4
Saúde e saneamento	13.118	0,1	0,1	0,1	8.398	0,1	0,0	0,1
Esporte	54.421	0,4	0,2	0,5	56.100	0,4	0,2	0,5
Combate à fome e segurança alimentar	947,08	0,0	0,0	0,0	8.009	0,1	0,0	0,1
Geração de trabalho e renda	61.394	0,5	0,2	0,5	64.224	0,4	0,2	0,5
Outros	16.113	0,1	0,1	0,1	13.976	0,1	0,1	0,1
Total das Contribuições para a Sociedade	216.948	1,7	0,8	1,9	231.693	1,6	0,8	1,9
Tributos (excluídos encargos sociais) 7	3.110.257	23,9	12,2	26,6	2.266.700	15,2	8,2	18,6
Total – Indicadores Sociais Externos	3.327.205	25,6	13,0	28,4	2.498.393	16,8	9,1	20,4
4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
4.1 – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	70.458	0,5	0,3	0,6	83.924	0,6	0,3	0,7
4.2 – Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.305	0,6	0,3	0,0	12.590	0,6	0,4	0,0
Total dos Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos (4.1+4.2)	71.763	0,6	0,3	0,6	96.514	0,6	0,4	0,8
5 - Indicadores do Corpo Funcional					2010 - unidades		2011 - unidades	
Nº de empregados (as) ao final do período					109.026		113.810	
Nº de admissões durante o período					10.048		8.754	
Nº de desligamentos durante o período					4.505		3.895	
Nº de empregados (as) tercerizados (as)					35.007		37.272	

Nº de estagiários (as)	9.853	8.567
Nº de aprendizes	5.534	5.551
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	31.705	33.550
Nº de Empregados por Faixa Etária:		
Até 25 anos	8.158	7.787
De 26 à 35 anos	39.829	42.918
De 36 à 45 anos	29.334	29.555
Acima de 45 anos	31.705	33.550
Nº de Empregados por Nível de Escolaridade:		
Com ensino fundamental	579	472
Com ensino médio/técnico	30.835	30.362
Com ensino superior	53.073	54.821
Pós-graduados (especialização, mestrado e doutorado)	24.539	27.991
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa:	44.921	46.878
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	34,6	34,8
Nº de Homens que Trabalham na Empresa:	64.105	66.932
% de cargos de chefia ocupados por homens	65,4	65,2
Nº de Negros (as), Pardos (as) ou Índios (as) que Trabalham na Empresa:	20.807	25.485
Nº de negros, pardos ou índios que ocupam cargos de chefia	6.016	6.436
Nº de Portadores (as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	882	893
Remuneração Bruta (Sem Encargos) Segregada por:	R\$ 6.909.940.075	R\$ 7.775.449.684
Empregados	R\$ 6.892.104.258	R\$ 7.752.217.879
Administradores (CA, CF e CD)	R\$ 17.835.818	R\$ 23.231.805
Diferença entre o Menor salário pago pela Empresa e o Salário-Mínimo (Nacional ou Regional)		
Diferença entre o menor salário pago pela Empresa e o salário-mínimo	R\$ 1.090	R\$ 1.138
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2010	2011
Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	17,0	16,8
Nº total de acidentes de trabalho	983	1.389
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	(x) direção	(x) direção

	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as) <input type="checkbox"/> todos (as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as) <input type="checkbox"/> todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a Empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Nº total de reclamações e críticas de consumidores (as) ⁸ :	na Empresa: 15.324 no Procon: 9.853 na Justiça: 94.629	na Empresa: 15.811 no Procon: 12.467 na Justiça: 117.586
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa: 100% no Procon: 100%	na Empresa: 100% no Procon: 100%

Ações empreendidas pela Entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	Transformação e conscientização do colaboradores no atendimento ao cliente	Transformação e conscientização do colaboradores no atendimento ao cliente
Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$):	36.179.833	38.638.689
Distribuição do Valor Adicionado:	% sobre o Total	% sobre o Total
Governo	29,9%	28,4%
Colaboradores (as)	36,1%	38,1%
Acionistas	13,0%	12,7%
Terceiros	1,7%	1,9%
Retido	19,3%	18,9%

7 - Outras Informações

Banco do Brasil S.A. – Brasília/DF – CNPJ: 00.000.000/0001-91

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: ri@bb.com.br

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

O Balanço Social foi assegurado pela KPMG Auditores Independentes S.A. e o relatório de asseguaração é publicado no Relatório Anual de 2011.

Notas Explicativas:

- (1) Valor corresponde ao Resultado Bruto de Intermediação Financeira. Devido a aperfeiçoamento de metodologia, os valores divulgados em 2010 foram modificados.
- (2) Valor corresponde à despesa de pessoal.
- (3) Foram consideradas as contribuições patronais realizadas para todas as Entidades Patrocinadas, inclusive das incorporadas (BNC, Besc, BEP), além das próprias.
- (4) Valor corresponde à contribuições do Banco para os planos de assistência médica. Devido a aperfeiçoamento de metodologia, os valores divulgados em 2010 foram alterados.
- (5) Os valores informados incluem investimentos em segurança do trabalho e saúde ocupacional.
- (6) Gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.
- (7) Devido a aperfeiçoamento de metodologia, os valores divulgados em 2010 foram alterados.
- (8) Consideram-se as informações registradas na Ouvidoria Externa da Empresa e junto à justiça.

O Banco do Brasil é também uma das grandes organizações financeiras de grande respeito no Brasil Sua estratégia de negócios esta avançada como parte da sua Agenda 21 tratando pela implementação de um programa de ecoeficiência com um sistema de gestão ambiental que tem como objetivo reduzir a utilização de insumos, os custos operacionais e o impacto no ambiente por meio do monitoramento e da avaliação sistemática e documentada do consumo e da destinação de resíduos oriundos do processo produtivo do BB.

Os principais objetivos do Programa de gestão ambiental leva em conta os seguintes aspectos:

- disseminar a cultura e a prática de ecoeficiência entre os funcionários e os públicos de relacionamento do BB;
- rever os processos em andamento para reduzir o consumo e o desperdício de insumos, como papel, água, energia, toner;
- destinar adequadamente os resíduos sólidos, líquidos, gasosos e lixo tóxico gerados no BB, inclusive os passíveis de reciclagem;
- contribuir para a estruturação e fortalecimento da cadeia de recicláveis;
- criar sistema integrado de Ecoeficiência que coordene e monitore as ações e as iniciativas da Empresa nas diversas áreas e regiões do País;
- buscar a certificação da série ISO 14000.

O compromisso do Banco do Brasil com o meio ambiente está presente em suas Políticas Gerais, como orientadoras do comportamento da empresa em relação à ética e à responsabilidade socioambiental.

As diretrizes foram desenvolvidas com base no World Industry Council for the Environment (WICE), para relatórios ambientais.

Merece destaque em 2010, além da atualização da Agenda 21, a concepção e início de implementação do Programa Água Brasil. Estruturado em quatro eixos de atuação – projetos socioambientais, comunicação e engajamento, mitigação de riscos e novos negócios - em parceria com o WWF Brasil, a Fundação Banco do Brasil e a Agência Nacional de Águas, o Programa tem por objetivo a conservação dos recursos hídricos por meio de práticas sustentáveis no campo e nas cidades, além da adoção de boas práticas internas relacionadas ao tema, nos processos e negócios da empresa.

O faturamento anual bruto das duas instituições nos anos analisados é bem similar, o Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil): do Bradesco em 2010 foi de 27.660.406 e em 2011 foi 30.549.530 distribuído da seguinte maneira em 2010: 32,1% governo, 36,7%, acionistas, 29,1% colaboradores (as) e 2,1% retido, e em 2011: 28,2% governo, 36,6% acionistas, 33,0% colaboradores (as) e 2,2% retido. Já o total do Valor Adicionado Total a Distribuir (em mil R\$) do Banco do Brasil de 2010 foi de 36.179.833 e em 2011 foi de 38.638.689 distribuído da seguinte maneira em 2010: Governo 29,9%, Colaboradores (as) 36,1%, Acionistas 13,0%, Terceiros 1,7% e Retido 19,3% e em 2011: Governo 28,4%, Colaboradores (as) 38,1%, Acionistas 12,7%, Terceiros 1,9% e Retido 18,9%. Destacando que em ambos os bancos a participação destinada aos colaboradores cresceu de 2010 para 2011 refletindo positivamente nos indicadores internos. Quanto a Investimentos em programas ou projetos externos relacionados ao meio ambiente o Banco do Brasil apresenta uma participação maior em reais se comparado à participação do Banco Bradesco.

CONCLUSÕES

Foi mostrado no decorrer deste trabalho um pouco da história da problemática ambiental nas últimas décadas, e esclarecido alguns dos conceitos relacionados à Contabilidade Ambiental no mundo em constante mudança, assiste-se a uma evolução tecnológica extremamente rápida, o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e a preocupação com a qualidade ambiental.

Este trabalho procurou apresentar que, a contabilidade terá que lidar com uma nova realidade econômico-financeira das empresas, onde deve existir equilíbrio entre a atividade econômica e a exploração dos recursos naturais, através de uma correta mensuração dos impactos ambientais e dos seus reflexos na vida das empresas, das pessoas e da sociedade.

O desenvolvimento ou o crescimento econômico e a qualidade ambiental não são conceitos antagônicos, muito menos incompatíveis, pelo contrário, deverão estar numa perspectiva de complementaridade.

Por aquilo que se passou no século passado, a tendência será o aumento gradual da preocupação com o meio ambiente e a aplicação prática dos conceitos e teorias já delineadas. A conservação e preservação do meio ambiente, são preocupações do presente para provimento futuro, e para isso, há que educar através da persuasão moral, taxas por emissão de poluentes, entre outros. As empresas devem adaptar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) visando à melhoria contínua das atividades da empresa, utilizando técnicas que permitam melhores resultados e de harmonia com o meio ambiente.

Vale ressaltar que este tema é inovador e tendente a conscientização de todos (sociedades, empresas e governo) para que participem de maneira ativa na elaboração, fiscalização e ativação de mecanismos que permitam corrigir os erros herdados pelo velho paradigma de desenvolvimento e utilizem um novo paradigma capaz de equalizar as vertentes econômicas, sociais e ambientais.

Diante desse contexto, chega-se a conclusão que a contabilidade terá que se destacar nesse novo cenário e desempenhar um importante papel, participando diretamente nas tomadas de decisões através da elaboração de relatórios e gerando informações que apresentem o melhor caminho a ser trilhado, de modo que um fator de desenvolvimento não comprometa outro.

BIBLIOGRAFIAS

ÁLVARES L.C., **Uma Alternativa aos Descaminhos do Desenvolvimento**, Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, V. 5, n. 10, p. 39-62, jan./jul. 2000.

Balço Social do Ibase. Disponível em: <[HTTP://www.bancodoplaneta.com.br](http://www.bancodoplaneta.com.br)>, com acesso em 07/10/2012.

CLÓVIS Cavalcanti (Org.). **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável.** INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994, p.262.

HISTÓRIA DA CONTABILIDADE, Equipe Portal de Contabilidade; Disponível em <[HTTP www.portaldacontabilidade.com.br](http://www.portaldacontabilidade.com.br)>; com acesso em 10/08/2012.

Instituto Ethos de Empresas, **Responsabilidade Social**, Disponível em <[HTTP www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>; com acesso em 21/08/2012.

KRAEMER M.E.P. **A Contabilidade como Alavanca na Construção do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em www.Monografias.com; com acesso em 02/04/2012.

KRAEMER M.E.P. **A contabilidade medindo sua responsabilidade social;** 2011. Disponível em [www. Monografias.com](http://www.Monografias.com); com acesso em 02/04/2012.

KRAEMER M.E.P. **Contabilidade ambiental.** Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente; 2010. Disponível em <[HTTP www.Monografias.com](http://www.Monografias.com)>; com acesso em 15/03/2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A., **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES L. S, Projeto de pesquisa científica; Faculdade São Francisco de Barreiras, V. 1; 200?.

NAMORADO, **Sergio, Impactos da Revolução Industrial no Século XIX,** Domingo, Junho 05, 2011.

OLIVEIRA, Luciano; **Demonstração Do Valor Adicionado,** Disponível em:<[HTTP://www.editoraferreira.com.br](http://www.editoraferreira.com.br)>, com acesso em 07/10/2012.

RIBEIRO M. S., VELLANI C. L.; **Sustentabilidade e Contabilidade,** Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v.1, nº11, p. 187-206, 2006.

ROMEIRO A. R., **Economia ou economia política da sustentabilidade?** IE/UNICAMP, n. 102, set. 2001.

Fedato, G. A. L., Goulart, C. P., **O Desenvolvimento Sustentável sob enfoque da Contabilidade Ambiental**, Revista Contabilidade & Amazônia, Sinop, v. 3, n. 1, 2010.

Conexão Balanço Social Ibase + NBCT15, **GRI EC5 BALANÇO SOCIAL DO BANCO DO BRASIL** disponível em: WWW.bb.com.br com acesso em 26/11/2012.